

Joaquim Candeias da Silva
José Manuel Garcia

ITINERÁRIOS DO Rei D. Manuel I



Edições Colibri



Academia Portuguesa
de História

ÍNDICE

Prefácio.....	7
Introdução.....	13
A itinerância de D. Manuel I	21
Balanço da itinerância de D. Manuel I	79
Documentos e Base de Dados	81
Roteiro cronológico	85
Bibliografia.....	247
Siglas e abreviaturas	251

PREFÁCIO

Dando continuidade a um dos objectivos estatutários da Academia Portuguesa da História – a publicação de fontes documentais – o Conselho Académico aceitou com muito interesse a sugestão dos confrades, Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia, para viabilizar a publicação dos “Itinerários de D. Manuel I”. Na sequência, aceitou igualmente a proposta de edição conjunta com a Editora Colibri, editora sempre pronta a apoiar trabalhos de investigação. E assim é possível oferecer hoje ao grande público uma obra que, vindo colmatar uma falha na nossa historiografia, é igualmente a sequência de investigações similares publicadas por esta Academia. E, se a sua expressão máxima se pode encontrar no trabalho de Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, não olvidaremos, do mesmo autor, os *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)* ou de Humberto Baquero Moreno, *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*, lembrando igualmente o trabalho de Montalvão Machado, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, para apenas referir as edições da Academia¹.

Acresce a estes motivos a circunstância de ainda comemorarmos, neste ano de 2022, a passagem dos 500 anos sobre a morte de D. Manuel (1521-2021), atraso a que nos obrigou a recente pandemia de que fomos vítimas. Fenómeno novo para os nossos tempos, fez-nos pensar nas limitações com que se debateram as populações perante realidades similares, quase cíclicas, ao longo dos séculos. Assim aconteceu em tempos de D. Manuel, concretamente no ano de 1505, situação que determinou, tanto neste ano como no seguinte, uma maior itinerância da Corte que, mudando frequentemente de terra, acreditava poder fugir ao flagelo.

É muito curioso observar como cada monarca reagia de modo diferente perante idênticas situações. Exemplifiquemos isso com o confronto entre a

¹ As restantes publicações vêm referenciadas no corpo deste trabalho, p. 17.

itinerância de D. Manuel e o pragmatismo do rei seu antecessor, D. João II. Conta Garcia de Resende que, estando o rei em Évora, em 1490, onde se preparavam as inesquecíveis festas para o casamento de seu filho, surgiu a peste. O rei determinou então que toda a gente saísse da cidade por 15 dias, sendo esta cheia de gado “vacum”. Decorrido esse tempo, o gado saiu, a cidade foi limpa e as pessoas regressaram, sendo possível dar continuidade à preparação do matrimónio que se realizaria daí a pouco. Não posso, obviamente, dizer qual das soluções foi mais eficaz, mas certo é que elas podem, de algum modo, ilustrar muitas das diferenças entre estes dois monarcas.

Desde logo, D. Manuel foi o “Venturoso”, não apenas por ter vivido um reinado de sucessos, mas também por ter nascido quase predestinado para ser rei. Lembremos que o sucessor legítimo daquele a quem viriam a chamar de “Príncipe Perfeito” era seu filho, D. Afonso, morto precocemente na Ribeira de Santarém. Tentou então o monarca legitimar o seu bastardo, D. Jorge, objectivo não conseguido junto da cúria papal, situação que não é o momento de explicar. Recordemos apenas que, do lado oposto estava o “venturoso”, que não nascera para ser rei, mas vivia escudado nos interesses familiares. É facto que, na linha da sucessão estava a Casa de Viseu, de que foram Duques D. Fernando, filho de D. Duarte, e Dona Brites, filha do Infante D. João, ambos netos de D. João I. Deste casamento nasceram três filhos e duas filhas, sendo Manuel o mais novo. Então porque recaiu nele a sucessão? Porque João, o mais velho e lógico sucessor, morreu ainda jovem e sem descendentes. O seguinte, Diogo, morreu às mãos de D. João II, acusado de alta traição. Sobrou o pequeno Manuel a quem, certamente com muito pesar, em 1495, ao redigir, nas Alcáçovas, o seu testamento, D. João II indicava como seu sucessor². Paradoxalmente, a mesma “morte” que sempre perseguiu o Príncipe Perfeito, ofereceu a sorte ao pequeno a quem chamamos de Venturoso.

Os autores deste trabalho acompanham a sua vida e itinerância. Registo apenas, em jeito de complemento, a clara tendência da Corte para a permanência em Lisboa, a cidade cosmopolita cada vez mais atractiva. Quanto a

² Das filhas, uma, Dona Leonor, foi casada com D. João II. A outra, Dona Isabel, foi casada com o Duque de Bragança, D. Fernando, aquele que também foi acusado de alta traição por D. João II e foi degolado na Praça Pública de Évora. As duas, juntamente com sua mãe, Dona Brites, haveriam de ser o sustentáculo que levou Manuel ao trono.

D. Manuel, não podemos deixar de referir a sua preferência por Almeirim, embora todo o Ribatejo fizesse parte dos seus interesses. Ao contrário do seu antecessor, que percorreu o reino, D. Manuel limitou-se a 5 longas e pontuais viagens, sendo todas justificadas pelo momento: em 1497 vai a Valência de Alcântara para receber Isabel, a viúva do malogrado Príncipe D. Afonso, com quem casou. Em 1498 viaja para Castela e Aragão, em busca do sonho da união ibérica, num processo pacífico e organizado pelos Reis Católicos; em 1499 vai a Silves para, concretizando o protocolo de corte, acompanhar a trasladação de D. João II, que fora sepultado na Sé desta cidade e agora era trazido para o mosteiro da Batalha. Em 1502 vai a Santiago cumprir uma promessa e em 1508 desloca-se a Tavira para acompanhar os problemas decorrentes do cerco de Arzila. Fora estas 5 viagens, o mais longe que se desloca é a Beja e Coimbra, mas sempre em curtas estadias e com objectivos definidos. Acresce a sua ida ao Crato, em 1518, para receber a jovem com quem realizou o seu terceiro casamento.

Era assim o Venturoso, cada vez mais atraído pela presença na capital do seu império! Como iam longe os tempos em que, receando os partidários de D. Jorge, bastardo de D. João II, se fizera aclamar em Alcácer do Sal, donde partiu para Montemor-o-Novo. Só mais tarde e durante a noite, a corte se deslocaria para Lisboa onde o novo rei era, finalmente, recebido.

É toda esta itinerância, envolvida numa leitura anual dos factos preparada pelos autores, que hoje as Edições Colibri e a Academia Portuguesa da História têm o gosto de oferecer ao público interessado.

Lisboa, Novembro de 2022

Manuela Mendonça

Presidente da APH